

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentação: Submetemos à apreciação de V.Sas., em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações contábeis da JPMorgan Chase Bank, National Association do semestre findo em 30 de junho de 2022, acrescidas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. **Desempenho:** No

semestre, a Instituição apresentou um lucro líquido de R\$ 12.821 mil, sendo que no período anterior apresentou lucro líquido de R\$ 1.737 mil. **Comitê de Auditoria:** O Comitê de Auditoria é único para o Conglomerado JP Morgan, sendo composto na data deste relatório por três membros, todos eles diretores do Banco J.P. Morgan S.A.

As demonstrações contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2022 foram aprovadas por esse comitê em reunião realizada em 23 de agosto de 2022. São Paulo, 23 de agosto de 2022

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO E 31 DE DEZEMBRO - (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Junho	Dezembro	Passivo	Nota	Junho	Dezembro
		2022	2021			2022	2021
Circulante		776.093	1.389.387	Circulante		775.206	989.022
Caixa e equivalentes de caixa	4	508.821	550.500	Depósitos e demais instrumentos financeiros		758.009	980.933
Disponibilidades		42.922	7.726	Depósitos	10	492.002	143.090
Aplicações interfinanceiras de liquidez		465.899	542.774	Instrumentos financeiros derivativos	6	148.054	120.331
Instrumentos financeiros		267.248	838.847	Carteira de câmbio	7	117.953	717.512
Instrumentos financeiros derivativos	6	149.242	121.411	Obrigações fiscais correntes	9a	9.117	6.480
Carteira de câmbio	7	118.006	717.436	Outros passivos		8.080	1.609
Outros ativos	8	24	40	Não circulante		263.573	345.794
Não circulante		717.541	387.463	Depósitos e demais instrumentos financeiros		234.297	317.581
Realizável a longo prazo		717.503	387.425	Instrumentos financeiros derivativos	6	234.297	317.581
Instrumentos financeiros		646.335	317.655	Obrigações fiscais diferidas	9b	7.305	6.769
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5	411.806	-	Provisões para passivos contingentes e obrigações legais	11	21.971	21.444
Instrumentos financeiros derivativos	6	234.529	317.655	Patrimônio líquido	12	454.855	442.034
Ativos fiscais correntes		660	652	Capital social		258.218	258.218
Ativos fiscais diferidos	9b	10.323	9.997	Reservas de capital		18.617	18.617
Outros ativos	8	60.185	59.121	Reservas de lucros		165.840	165.199
Investimentos		38	38	Lucros acumulados		12.180	-
Total do ativo		1.493.634	1.776.850	Total do passivo e patrimônio líquido		1.493.634	1.776.850

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de capital		Reservas de lucros		Lucros acumulados	
		Subvenções para investimento	Legal	Estatutária	Total	Total	Total
Em 31 de dezembro de 2020		258.218	18.617	18.615	138.814	-	434.264
Total do resultado abrangente do período		-	-	-	-	1.737	1.737
Lucro líquido do período		-	-	-	-	1.737	1.737
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-
Destinação							
Reserva legal	12	-	-	87	-	(87)	-
Em 30 de junho de 2021		258.218	18.617	18.702	138.814	1.650	436.001
Em 31 de dezembro de 2021		258.218	18.617	19.004	146.195	-	442.034
Total do resultado abrangente do período		-	-	-	-	12.821	12.821
Lucro líquido do período		-	-	-	-	12.821	12.821
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-
Destinação							
Reserva legal	12	-	-	641	-	(641)	-
Em 30 de junho de 2022		258.218	18.617	19.645	146.195	12.180	454.855

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A JPMorgan Chase Bank, National Association ("Instituição"), constituída como estabelecimento no Brasil de Sociedade Estrangeira e com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.729 – São Paulo/SP. Atua como filial do JPMorgan Chase Bank, National Association, e está autorizada a operar com as carteiras comercial e de câmbio. As operações são conduzidas no contexto de um conglomerado de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, nacional e internacional. Consequentemente, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente. As demonstrações contábeis da Instituição foram aprovadas pelo Comitê de Auditoria do Conglomerado JP Morgan em 23 de agosto de 2022.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis individuais da Instituição foram elaboradas de acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, e com as práticas contábeis adotadas no Brasil associadas às normas do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN). A Resolução nº 4.818 do CMN, e a Resolução nº 2 do BACEN, estabelecem critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis. Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de contingências e na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. A Instituição elabora suas demonstrações contábeis e as disponibiliza em seu site (<https://www.jpmorgan.com.br/pt/disclosures>).

3. Principais práticas contábeis

(a) Apuração do resultado - É apurado pelo regime de competência.
(b) Instrumentos financeiros derivativos - Os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações de *swaps* e de outros derivativos estão classificados na categoria de instrumentos financeiros derivativos não considerados como *hedge accounting*, sendo assim avaliados a valor de mercado em contrapartida às contas de resultado do período.
Para cálculo do valor de mercado das operações de *swaps* e de outros derivativos são utilizados como base os preços médios de negociação ou o valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação.
(c) Ativos circulante e realizável a longo prazo - Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, deduzido, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes do valor de mercado.
(d) Passivos circulante e não circulante - Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias e cambiais incorridos.
(e) Passivos contingentes e obrigações legais - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823, do CMN, e Carta-Circular nº 3.429, do BACEN. (i) Passivos contingentes - decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, em ações de natureza tributária. A Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona o montante estimado para liquidação dos processos cujo risco de perda seja classificado como provável. Há processos cujos riscos de perda sejam classificados como possível, os quais de acordo com as normas vigentes devem ser divulgados, mas não provisionados. Os processos cujos riscos de perda jurídica e/ou financeira sejam classificados como remotos, não são provisionados nem divulgados. Os valores das contingências são quantificados utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Os depósitos judiciais dados em garantia são atualizados de acordo com a regulamentação vigente. (ii) Obrigações legais - os processos tributários que estão caracterizados como obrigações legais são integralmente provisionados. O passivo relacionado às obrigações legais em discussão judicial é mantido até a sua prescrição ou o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos.
(f) Imposto de renda e contribuição social - A provisão do Imposto de Renda (IRPJ) corrente foi calculada à alíquota de 15% sobre a integralidade da base mais 10% sobre a base excedente a R\$ 240.000,00. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 20%. Para o período de agosto até dezembro de 2022, a CSLL corrente será calculada à alíquota de 21%, conforme MP nº 1.115/2022. Para os meses de janeiro a junho de 2021 a CSLL corrente foi calculada à alíquota de 20% e de julho a dezembro de 2021 a CSLL foi calculada à alíquota de 25%, segundo a majoração prevista na Lei nº 14.183/21 (conversão da MP nº 1.034/2021). Ativo e passivo fiscais diferidos são calculados sobre prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL, bem como sobre ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL, sendo registrados contabilmente para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Considerando as perspectivas de realização, em 30 de junho de 2022: (i) o crédito tributário de IRPJ foi calculado mediante a utilização da alíquota de 25% sobre ajustes temporários a serem realizados; e (ii) o crédito tributário relativo à CSLL foi calculado mediante a utilização das alíquotas de 20% ou de 21% sobre ajustes temporários dependendo da expectativa do período de realização desses ajustes.
(g) Caixa e equivalentes de caixa - Incluem disponibilidades e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco irrelevante de mudança de valor e com prazo original de vencimento em até 3 meses.

4. Caixa e equivalentes de caixa: São representados por disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo original de vencimento em até 3 meses.

	Junho de 2022	Dezembro de 2021
Disponibilidades	42.922	7.726
Aplicações em operações compromissadas – posição bancada	465.899	345.600
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	197.174
Total	508.821	550.500

5. Aplicações em depósitos interfinanceiros: São representadas por aplicações com prazo de vencimento em março de 2024.

	Junho de 2022	Dezembro de 2021
Aplicações em depósitos interfinanceiros	411.806	-
Total	411.806	-

6. Instrumentos financeiros derivativos: A Instituição participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender suas necessidades próprias e de seus clientes, com o objetivo de reduzir a exposição a riscos de mercado. A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias de operação, estabelecimento de sistemas de controles e determinação de limites das posições. As operações com instrumentos financeiros derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores, para comprar ou vender ativos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos ou, ainda, compromissos para trocar pagamentos futuros de juros. Os valores dos instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação são resumidos como segue:

a. Composição por indexador

	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal Junho de 2022	Valor nominal Dezembro de 2021
Operações de swap	213.161	213.161	2.208.509	2.221.546
Outros	213.161	213.161	2.208.509	2.221.546
Outros derivativos	170.610	169.190	6.711.149	5.456.009
Moedas	170.610	169.190	6.711.149	5.456.009

b. Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado

	Valor de custo	Ganhos/Perdas não realizados	Valor de mercado Junho de 2022	Valor de mercado Dezembro de 2021
Ativo	383.934	(163)	383.771	439.066
Operações de swap	208.596	4.565	213.161	324.479
Outros derivativos	175.338	(4.728)	170.610	114.587
Passivo	383.305	(954)	382.351	437.912
Operações de swap	208.596	4.565	213.161	324.479
Outros derivativos	174.709	(5.519)	169.190	113.433

c. Composição do valor nominal por vencimento

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total Junho de 2022	Total Dezembro de 2021
Operações de swap	-	13.039	2.195.470	2.208.509	2.221.546
Outros derivativos	3.331.015	2.693.725	686.409	6.711.149	5.456.009

d. Valor nominal por local de negociação

	Balcão	Total Junho de 2022	Total Dezembro de 2021
Operações de swap	2.208.509	2.208.509	2.221.546
Outros derivativos	6.711.149	6.711.149	5.456.009

e. Valor nominal por contraparte

	Pessoa jurídica	Instituições financeiras	Total Junho de 2022	Total Dezembro de 2021
Operações de swap	1.104.255	1.104.254	2.208.509	2.221.546
Outros derivativos	3.355.898	3.355.251	6.711.149	5.456.009

f. Resultado por produto

	Receita	Despesa	Resultado líquido Junho de 2022	Resultado líquido Junho de 2021
Operações de swap	151.898	(151.894)	4	-
Outros derivativos	135.462	(133.610)	1.852	2.222

7. Carteira de câmbio: As operações de câmbio em aberto da Instituição estão demonstradas conforme abaixo:

	Junho de 2022	Dezembro de 2021
Ativo	60.953	354.826
Câmbio comprado a liquidar	60.953	354.826
Direitos sobre vendas de câmbio	57.053	362.610
Total	118.006	717.436
	Junho de 2022	Dezembro de 2021
Passivo	57.140	355.825
Câmbio vendido a liquidar	57.140	355.825
Obrigações por compra de câmbio	60.813	361.687
Total	117.953	717.512

8. Outros ativos: Estão representados, principalmente, por devedores por depósitos em garantia, relacionados a obrigações fiscais e previdenciárias no valor de R\$ 60.185 (dezembro de 2021 – R\$ 59.121).

9. Imposto de renda e contribuição social

a) Obrigações fiscais correntes - Correspondem, principalmente, à provisão para impostos e contribuições sobre o lucro no valor de R\$ 8.567 (dezembro de 2021 – R\$ 6.047).
b) Ativos e obrigações fiscais diferidos - A natureza e a origem do imposto de renda e a contribuição social diferidos são demonstrados como segue:

	Junho de 2022	Dezembro de 2021
Diferenças temporárias		
Contingências	9.545	9.308
Provisão para honorários advocatícios	733	678
Outras	45	11
Créditos tributários – ativo	10.323	9.997
Obrigações fiscais diferidas – passivo	7.305	6.769

Em 2022 foi constituído crédito tributário sobre diferenças temporárias no valor de R\$ 326 (junho de 2021 – R\$ 6.252). Foi constituído passivo fiscal diferido no valor de R\$ 536 (junho de 2021 – R\$ 6.244), não tendo realização no período (junho de 2021 – R\$ 258). A previsão de realização dos créditos tributários no montante de R\$ 10.323 (dezembro de 2021 – R\$ 9.997) é estimada conforme abaixo:

1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano	10º Ano	25%
1%	2%	2%	5%	5%	10%	10%	20%	20%	20%	25%

Com base na Resolução nº 4.818 do CMN e na Resolução nº 2 do BACEN, para fins de balanço os créditos tributários e obrigações fiscais diferidas devem ser apresentados integralmente no longo prazo. O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base em informações de mercado, monta a R\$ 4.148 (dezembro de 2021 – R\$ 4.649). A Instituição possui créditos tributários sobre prejuízo fiscal não ativados em função da ausência de expectativa de realização de tais créditos, no montante de R\$ 1.419 (dezembro de 2021 – R\$ 1.419).

c) Resultado de imposto de renda e contribuição social - O cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social é demonstrado como segue:

	Junho de 2022	Junho de 2021
Resultado antes do IRPJ e CSLL	23.297	3.241
Efeito total do IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes	(10.483)	(1.458)
Resultado do IRPJ (1)	(5)	(5)
Outros	12	12
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos	7	(46)
Resultado de IRPJ e CSLL no período	(10.476)	(1.504)

(1) Efeito da majoração de alíquota da CSLL conforme nota 3 (f).

10. Depósitos

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total Junho de 2022	Total Dezembro de 2021
Depósitos a prazo	489.151	2.851	492.002	143.090
Total	489.151	2.851	492.002	143.090

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO

(Em milhares de reais)

	Nota	Junho/2022	Janeiro-Junho/2022	Janeiro-Junho/2021
Receitas de intermediação financeira		38.778	38.778	6.953
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez		36.259	36.259	7.203
Resultado de operações de câmbio		663	663	(2.472)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6f	1.856	1.856	2.222
Despesas de intermediação financeira		(14.152)	(14.152)	(2.549)
Operações de captações no mercado		(14.152)	(14.152)	(2.549)

DIRETOR EXECUTIVO E REPRESENTANTES LEGAIS NA DATA DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Azarias de Castro Feitosa Junior	Decio Ramos Porchat de Assis	Jorge Constantino Bernardes dos Santos
Daniel Costa Barreto	Eduardo Pera Silva	Mariana Plass Rizzo
Daniel Darahem de Souza Coelho	Flávia Rocha Lima de Almeida Prado	Paulo Coimbra de Souza
Daniel de Moraes e Silva Granja		

DIRETOR RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

Jorge Constantino Bernardes dos Santos

CONTADOR

João Augusto Makoto Hira - CRC 1SP307985/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas

JP Morgan Chase Bank, National Association
Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da JP Morgan Chase Bank, National Association ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da JP Morgan Chase Bank, National Association em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma

relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco

de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de agosto de 2022.



pwc PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti
Contador CRC 1SP172940/O-6